
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

MARIANA PICCOLI CAVAMURA

**PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E
EXCLUSÃO DOS MENOS HABILIDOSOS
EM AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.**



Rio Claro
2010

MARIANA PICCOLI CAVAMURA

**PRECONCEITO, DISCRIMINAÇÃO E EXCLUSÃO
DOS MENOS HABILIDOSOS EM
AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA.**

Orientador: Wilson do Carmo Junior

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de Biociências da Universidade
Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” –
Campus de Rio Claro, para obtenção do
grau de Licenciatura em Educação Física.

Rio Claro
2010

796.07 Cavamura, Mariana Piccoli
C331p Preconceito, discriminação e exclusão dos menos
 habilidosos em aulas de Educação Física / Mariana Piccoli
 Cavamura. - Rio Claro : [s.n.], 2010
 40 f. : il., tabs.
 Trabalho de conclusão (Licenciatura - Educação física) -
 Universidade Estadual Paulista, Instituto de Biociências de
 Rio Claro
 Orientador: Wilson do Carmo Júnior

1. Educação física - Estudo e ensino. 2. Habilidade
motora. 3. Escola. 4. Educação física escolar. I. Título.

Ficha Catalográfica elaborada pela STATI - Biblioteca da UNESP
Campus de Rio Claro/SP

SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	3
2. PRECONCEITOS, DISCRIMINAÇÕES E EXCLUSÕES ENCONTRADOS NA ESCOLA	6
2.1. Preconceito, discriminação e exclusão baseados no gênero.....	6
2.1.1 Na Educação Física	7
2.2. Preconceito, discriminação e exclusão dos portadores de necessidades especiais.....	8
2.2.1. Na Educação Física.....	9
2.3. Preconceito, discriminação e exclusão social	11
2.3.1. Na Educação Física.....	12
2.4. Preconceito, discriminação e exclusão dos obesos	13
2.4.1. Na Educação Física	14
2.5. Preconceito, discriminação e exclusão racial	15
2.5.1. Na Educação Física.....	17
2.6. Preconceito, discriminação e exclusão dos menos habilitados na Educação Física.....	18
3- OBJETIVO	23
4. METODOLOGIA	24
5. RESULTADOS E DISCUSSÃO	25
5.1. Observações e resultados dos questionários respondidos pelos alunos	25
5.2. Entrevista com a professora	31
6. CONCLUSÃO.....	32
7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	35
8. ANEXOS.....	39
8.1. Anexo A – Questionário	39

INTRODUÇÃO

A escola está inserida num contexto multicultural, e isto significa reconhecer que a diversidade étnica e cultural dos diferentes grupos sociais, que compõem a sociedade brasileira, também se encontra na instituição de ensino (RANGEL et al, 2008). Sendo a escola um sistema social onde os conceitos e pré-conceitos são passados de gerações a gerações, entendemos que ela é co-responsável pela formação de uma nova geração que, finalmente, possa respeitar as diferenças (BOZI et al, 2008).

Outra constatação, de Canen e Oliveira (apud RANGEL et al, 2008), é a de que existem desigualdades no acesso a bens econômicos e culturais por parte dos diferentes grupos. Assim surgem os estereótipos, preconceitos e exclusões contra as pessoas pertencentes a grupos diferentes. A escola e a Educação Física sempre tiveram dificuldade para lidar e abrir espaços para a manifestação e valorização dessas diferenças, acabando por vezes reforçando, até mesmo inconscientemente, preconceitos e exclusões geradas a partir desse contexto multicultural.

Mas, é somente com a educação e seus processos que as comunidades e sociedades podem se transformar (RANGEL et al, 2008), utilizando esse multiculturalismo para o enriquecimento pessoal e social e não como razões de exclusões. Por isso é de vital importância que os educadores presentes nas escolas tenham consciência de seus atos, posturas e intervenções, para que essa mudança realmente aconteça.

Porém, em sua pesquisa, Souza (2005) concluiu que os professores têm pouco conhecimento sobre preconceito, discriminação e exclusão, apesar de conseguirem detectar situações onde esse tipo de comportamento ocorre. Para Ferreira (1986), o preconceito é uma idéia pré-concebida, é suspeita, intolerância, aversão a outras raças, credos, religiões, etc.; a discriminação é o ato, o tratamento preconceituoso dado a certas categorias sociais, raciais, etc.; e a exclusão deriva do ato de excluir (-se), deixar de fora, marginalizar.

Segundo Amaral (1994), o preconceito é uma atitude favorável ou desfavorável, positiva ou negativa, anterior a qualquer conhecimento sobre

algo ou alguém. O preconceito é o primeiro a ser embutido na população, sendo os outros, conseqüências deste.

Já para Rodrigues, Assmar e Jablonski (2005), o preconceito pode ser definido como uma atitude hostil ou negativa, com relação a um determinado grupo, não levando, necessariamente, a atos ou comportamentos persecutórios. De acordo com Klineberg (1972), o preconceito pode ser adquirido de varias formas: como resultado de experiências pessoais, influências de pais e professores ou através da aceitação de atitudes correntes no meio social. Para Nunan (2003), o preconceito é histórico e socialmente construído, e o mesmo resulta na discriminação, que é o comportamento, o modo de agir do grupo social, marcado por raiva, rejeição e repulsa.

Quando estamos nos referindo à esfera do comportamento (expressões verbais hostis, condutas agressivas, etc), fazemos uso do termo discriminação. A discriminação são as ações ou atos, de diferentes naturezas, podem ser verbais, físicos, gestuais, etc. Neste caso, sentimentos hostis somados a crenças estereotipadas deságuam numa atuação que pode variar de um tratamento diferenciado a expressões verbais de desprezo e a atos manifestos de agressividade (RODRIGUES; ASSMAR; JABLONSKI, 2005).

Como produto final, ocorre a exclusão propriamente dita, que é a segregação e/ou marginalização de determinados grupos ou pessoas, sem considerar suas habilidades ou conhecimentos (CAVALLEIRO, 2000). É no relacionamento entre os fortes e os fracos, entre os prestigiados e os sem prestígio, entre os meninos e as meninas, que estão presentes os conflitos, as resistências e mesmo os mecanismos de exclusão, o que acaba causando atitudes negativas do grupo social ou, até mesmo, dos indivíduos (NUNAN, 2003).

As vítimas de preconceito, discriminação e exclusão, são julgadas, normalmente, a partir de um traço físico, de performance, ou psicológico, que as diferencia dos demais (OLIVEIRA; VOTRE, 2006).

Estudos anteriores (OLIVEIRA, 2005; SOUZA, 2005; BOZI et al, 2008) apontam os diversos tipos de preconceitos, discriminações e exclusões no ambiente escolar, inclusive em aulas de Educação Física. Dentre eles, o preconceito racial ou racismo, preconceito social, preconceito baseado no

gênero, preconceito dos portadores de necessidades especiais, preconceito dos obesos e preconceito dos menos habilitados.

Esses tipos de preconceitos, discriminações e exclusões serão abordados utilizando-se a literatura já existente. O enfoque do estudo será sobre o preconceito, discriminação e exclusão dos menos habilitados nas aulas de Educação Física, visto que não foram encontradas referências específicas sobre esse assunto, contribuindo assim, para um enriquecimento teórico. Para isso observamos aulas de Educação Física, buscando identificar as ocorrências dessas condutas, utilizamos um questionário respondido pelos alunos e entrevista com a professora colaboradora.

2. PRECONCEITOS, DISCRIMINAÇÕES E EXCLUSÕES ENCONTRADOS NA ESCOLA

2.1. Preconceito, discriminação e exclusão baseados no gênero

As concepções edificadas acerca da diferenciação de gêneros no decorrer dos séculos permanecem fortes na sociedade contemporânea. Há uma interferência no comportamento de meninos e meninas, aos quais se impõem estereótipos de longa data.

Tem-se o gênero como uma "construção sociocultural", organizada ao longo das décadas por concepções desenvolvidas e aplicadas pela sociedade.

Gênero é um conceito que refere-se aos comportamentos, atitudes ou traços de personalidade que a cultura inscreve sobre o corpo sexuado. [...] O conceito de gênero passa a englobar todas as formas de construção social, cultural e lingüística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens, incluindo aqueles processos que produzem seus corpos, distinguindo-os e separando-os como corpos dotados de sexo, gênero e sexualidade (MEYER, 2003, p. 15).

O gênero é uma criação inteiramente social das idéias sobre os papéis próprios aos homens e às mulheres. Simone de Beauvoir (apud SANTOS et al, 2007) afirma que "[...] nós não nascemos mulheres, nós nos tornamos mulheres".

Na visão de Scott (apud SOUZA; ALTMANN, 1999), o gênero, ao enfatizar o caráter fundamentalmente social das divisões baseadas no sexo, possibilita perceber as representações e apresentações das diferenças sexuais. Destaca, ainda, que imbricadas às diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, estão outras social e culturalmente construídas.

Dessa maneira, a ênfase dada pelo conceito de gênero à construção social das diferenças sexuais não se propõe a desprezar as diferenças biológicas existentes entre homens e mulheres, mas considera que, com base nestas, outras são construídas. O sexo abrangeria as características biológicas

- e inquestionáveis - de homens e mulheres, independente de questões psicológicas e comportamentais.

2.1.1. Na Educação Física

A separação dos sexos nas aulas de Educação Física, em algumas escolas, ocorre desde o ensino fundamental ao ensino médio, diferente das demais aulas, em que os alunos atuam como um único grupo. Dessa forma, cria-se a impossibilidade de qualquer forma de relação entre meninos e meninas.

Porém, partindo-se do pressuposto papel da Educação Física escolar, cujos objetivos não incluem rendimento, seria viável o trabalho com um único grupo de alunos. Mas, na escola, entre os alunos, ainda encontram-se situações onde esse tipo de discriminação ocorre.

Souza (2005, p. 42) observando aulas do Ensino Médio, relata uma situação: “[...] havia poças de água na quadra e os meninos queriam jogar bola, então a professora pediu que eles passassem o rodo no chão, estes reclamaram dizendo que ‘tirar poça de água da quadra é coisa de menina. Trabalhar com rodo é coisa de mulher’”.

Também é comum os meninos não deixarem as meninas participarem junto; zombarem de um amigo que perde em um jogo para uma menina; dizerem que as meninas são homossexuais apenas por jogarem bem algum esporte, como futebol, por exemplo; entre outras situações. Isso, porque o esporte ainda é um conteúdo genereficado e genereficador (SOUZA; ALTMANN, 1999), isto é, alguns esportes são considerados masculinos, pois exigem maior esforço, confronto corpo a corpo e movimentos violentos, que tornariam o homem viril, enquanto outros esportes são dirigidos às mulheres, pois ressaltam a suavidade de movimentos, a docilidade e o sentimento, existe distância de outros corpos para não ocorrerem lesões, garantias por exemplo, da ginástica rítmica e do voleibol.

No entanto, as perspectivas sob as quais se adjetivava o esporte foram se alterando e, nas últimas décadas, presenciamos algumas mudanças: aos

homens é dado o direito de praticar o voleibol, sem riscos para sua masculinidade, e o futebol passa a ser praticado por mulheres, tanto nos clubes quanto em algumas escolas. Mas ainda encontramos muitas situações em que a discriminação de gênero ocorre.

2.2 Preconceito, discriminação e exclusão dos portadores de necessidades especiais

Segundo Amaral (1994), refletir sobre a aceitação do diferente é peça fundamental para que tudo possa ser estabelecido e/ou construído. É preciso ressignificar a diferença/deficiência, e para tanto, há que se desadjetivar o substantivo diferença: ser diferente não é ser melhor ou pior; a diferença/deficiência simplesmente é.

Desde o início da história da humanidade, os tipos de comportamento em relação às pessoas com necessidades especiais eram de eliminação, destruição e menosprezo. Segundo Santos (2002), na Grécia e em Roma as pessoas deficientes eram abandonadas ou mortas; a concepção filosófica dos greco-romanos marginalizava e eliminava todos que apresentassem essas condições. Da Grécia Antiga, aparecem imagens de corpos fortes para o combate em proteção ao Estado. Ponto de referência para o estudo da Educação Física e origem dos Jogos Olímpicos Antigos, havia uma preocupação com o corpo saudável, forte e perfeito. Aos diferentes, morte, desprezo e abandono.

De acordo com Gaio (2006), o segundo núcleo da civilização antiga, Roma, dá continuidade aos pensamentos gregos. Surge neste período o pensamento dicotomizado de Platão, inaugurando a divisão do ser humano em corpo e mente. Isto promove a exclusão das pessoas com deficiências pelo fato delas serem consideradas incapazes mental e ou corporalmente.

Na Idade Média, com o Cristianismo, a igreja católica detinha o monopólio do conhecimento. Segundo Zoboli e Barreto (2006, p. 72), “Santo Agostinho, São Tomás de Aquino e São Paulo cristianizaram a visão de cisão corpo/mente pregadas pelos filósofos da Antiguidade: Platão e Aristóteles.

Essa cristianização relacionou a alma a Deus e o corpo à esfera do demônio”. Corpos marcados pela deficiência eram vistos como manchados pelo demônio, vindos à vida por conta de carmas e culpas de seus pais ou familiares.

Com o Renascimento, o humanismo resgata o papel e a importância do ser humano em oposição ao poder e a dominância do ser divino (GAIO, 2006). O fato de aumentar o interesse pelo ser humano e pela natureza proporcionou o aparecimento dos primeiros indícios de pesquisas sobre o tema deficiência. Porém, agora, a deficiência está relacionada à disfuncionalidade, pois o corpo deficiente está associado a uma máquina com disfunção de uma ou mais peças (BIANCHETTI, 1995).

Seguindo a linha do tempo, na metade do século XX o Nazismo, buscando uma raça pura, também exterminava pessoas portadoras de necessidades especiais.

Mas, após a II Grande Guerra Mundial aconteceram algumas atitudes positivas em relação às pessoas com necessidades especiais. Iniciaram-se em hospitais, primeiramente, programas de reabilitação dirigidos aos lesionados das Guerras como possibilidade para reintegrá-los ao mundo, “[...] com a volta dos mutilados de guerra, em 1945, somados aos deficientes traumáticos e congênitos já existentes, verifica-se o despertar da Educação Física, em especial dos esportes, que pudessem atender essa clientela” (GAIO, 2006, p. 84).

2.2.1. Na Educação Física

Na Educação Física, por ser uma área muito ligada aos movimentos motores, essas pessoas foram excluídas durante muito tempo. Baseada nas concepções *Militar e Higienista*, a Educação Física foi implantada nas “[...] Escolas do Sistema Nacional de Educação, com o intuito de tornar a juventude mais sadia para que pudesse atuar na defesa e no desenvolvimento do país, através de um corpo perfeito” (CASTELANI FILHO, 1988). Portanto, nessa fase fica clara a exclusão das pessoas com necessidades especiais, pois ficavam proibidos de freqüentar as aulas de Educação Física todos aqueles que não se

encaixassem nos padrões de normalidade, como os diversos tipos de dificuldades físicas e portadores de moléstias, cujos estados patológicos os impedissem de participar, permanentemente, das aulas.

Nas décadas de 50, 60, 70, e início de 80, sob a concepção *Tecnicista* aliada ao militarismo, foi introduzido no Brasil o método Desportivo Generalizado, incorporando o conteúdo esportivo aos métodos da Educação Física (BETTI, 1991). É nesta fase da história que fatores tais como o rendimento, a seleção dos mais habilidosos, estão mais presentes no contexto da Educação Física na escola, excluindo as pessoas com necessidades especiais.

No final da década de 70 a Educação Física passa a discutir a necessidade de mudanças, com o intuito de romper a valorização excessiva do desempenho como único objetivo da Educação Física. Surgem movimentos renovadores e dentre eles destacam-se as abordagens pedagógicas conhecidas como Desenvolvimentista, Construtivista, Crítico-superadora, Sistêmica, Saúde Renovada e a baseada nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) (DARIDO, 2004).

Na Abordagem Desenvolvimentista, as pessoas com necessidades especiais podem se beneficiar dessas novas propostas, pois essas analisam as condições em que os alunos se encontram para, posteriormente, ofertar atividades de acordo com suas possibilidades motoras, cognitivas e afetivo-sociais. No entanto, observamos que as pessoas com necessidades especiais não são referenciadas no decorrer dos textos apresentados, o que nos causa dúvidas ao afirmar se essas pessoas foram ou não consideradas na elaboração da proposta.

A abordagem construtivista pode ser ofertada às pessoas com necessidades especiais, pois respeita o ser humano e o que ele traz consigo das experiências vividas, considerando a interação dele com o ambiente, fundamental no processo de aprendizagem. Proporciona, dessa forma, a participação de todos durante a construção do conhecimento, todos adquirem papel significativo nas situações oportunizadas.

A Abordagem Crítico-Superadora, utiliza o discurso da justiça social como ponto de apoio, levantando questões de poder, interesse, esforço e contestação, enfatizando a importância de valores como solidariedade,

cooperação, liberdade de expressão, etc. O fato da abordagem considerar a relevância social do conteúdo a ser trabalhado, é o que pode possibilitar a participação das pessoas com necessidades especiais.

O Ministério da Educação e do Desporto, por meio da Secretaria de Ensino Fundamental, seguindo a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), lei número 9394/96 (BRASIL, 1996), baseados no modelo educacional espanhol, elaboraram os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), incluindo documento específico destinado à área da Educação Física (BRASIL, 1998).

Um dos aspectos relevantes na proposta dos PCN – é o princípio da inclusão. A proposta destaca uma Educação Física dirigida a todos os alunos, sem discriminação. Com essas novas abordagens, e com base nesses aspectos, nota-se uma evolução na Educação Física, pelo fato de abarcar possibilidades variadas a serem desenvolvidas.

Atualmente, frente ao discurso da diversidade, torna-se necessário pensar em múltiplas formas de trabalhar a Educação Física, é preciso atentar para as diferenças no sentido de identificá-las, reconhecê-las e, principalmente atendê-las. Para Cardoso (2003) a inclusão de alunos com necessidades especiais na escola regular, constitui uma perspectiva e um desafio para o século XXI, cada vez mais firme, nos diferentes sistemas e níveis educativos.

2.3. Preconceito, discriminação e exclusão social

Está claro que a diferença entre classes sociais é muito presente em nossa sociedade capitalista. Assim, muitas são as formas pelas quais o preconceito se manifesta nas relações sociais (ITANI, 1998).

A divisão de pessoas em classes sociais existe devido a uma desigualdade social que atravessa séculos, onde a maior parte dos recursos concentra-se nas mãos de poucos (SOUZA, 2005), restringindo o acesso aos bens materiais e culturais, afirmam Canen e Oliveira (apud RANGEL et al, 2008).

Segundo Lewis (apud CONNEL, 1995), existe uma crença, nas sociedades atuais, que os indivíduos pobres são diferentes do restante da

população, estes têm culturas diferentes, por esse motivo, não conseguem se adaptar aos métodos educacionais tradicionais, o que causa a evasão e repetência desses alunos.

Muitas vezes, também, o preconceito social está aliado ao preconceito racial, pois a maioria das pessoas pobres é negra e parda (CAVALLEIRO, 2000). As desigualdades começam nas oportunidades no mercado de trabalho, que dependem, em grande parte, das características de acesso ao sistema educacional (ANDRADE; DACHS, 2007).

Porém, a oferta escolar não é homogênea e nem produz sempre o mesmo desempenho; não tem sempre a mesma eficácia (DUBET, 2003). Também, a situação econômica do grupo familiar, assim como a raça/cor dos indivíduos, reflete-se na evolução do aluno no sistema escolar. (ANDRADE; DACHS, 2007). Os autores analisaram a relação entre a renda familiar e a escolaridade adequada de acordo com a idade, e também fez a relação entre brancos e não brancos, o resultado confirma que quanto menor a renda, menor a porcentagem de alunos em escolaridade adequada, e a porcentagem é ainda menor entre os não brancos, isso em todos os níveis escolares.

Quanto ao ensino superior, um dos fatores a ser considerado é a existência de candidatos com ensino médio completo, esta é uma restrição fundamental, especialmente para as camadas de renda mais baixa, independentemente de raça/cor (ANDRADE; DACHS, 2007). Assim, ao não terem acesso à escola (ou acesso a uma boa escola), os alunos das classes sociais mais baixas não adquirem meios para sua ascensão. Não conseguem melhores oportunidades no mercado de trabalho, não tendo recursos para obtenção de bens materiais e culturais, reiniciando esse processo. Desse modo, aprofunda-se cada vez mais o precipício existente entre as classes sociais, reforçando assim todas as formas de preconceito.

2.3.1. Na Educação Física

Normalmente, indivíduos das classes sociais menos privilegiadas, freqüentam as escolas públicas, estaduais ou municipais e os de classes mais

favorecidas, as escolas da rede particular/privada. A Educação Física nas escolas públicas enfrenta muitas e grandes dificuldades, não há materiais (nem em boas condições, nem em quantidade suficiente) e nem espaço físico adequado para as aulas.

Já os alunos mais pobres, muitas vezes, não têm condições de adquirirem os trajes adequados para a aula, como tênis e roupas confortáveis para a realização dos movimentos. Com isso, a qualidade das aulas de Educação Física na escola pública fica comprometida. Enquanto que nas escolas da rede particular/privada, as condições materiais e físicas da escola são melhores.

Claro que isto não pode ser justificativa para o professor da escola pública não ministrar uma boa aula, mas é um fato que não se pode negar. De qualquer forma, ao participar de aulas de Educação Física, o aluno vai se apropriando da cultura corporal. No entanto os indivíduos que não têm acesso ou que abandonam a escola mais cedo, têm menos conhecimento da cultura corporal, ficando prejudicados.

Além disso, as pessoas pertencentes aos grupos sociais elevados, têm mais e diferenciadas oportunidades de vivenciar a cultura corporal, por exemplo, em clubes de lazer, escolinhas de esportes, acampamentos de férias, etc., lugares onde os mais pobres talvez nunca freqüentem, por causa de sua condição social.

2.4. Preconceito, discriminação e exclusão dos obesos

Nos dias de hoje, 3% da população brasileira é composta por obesos mórbidos, sendo 4% de mulheres e 2% de homens, com grande penetração nas classes A e E. Outra comprovação é de que mais da metade da população está com sobrepeso (O ESTADO DO PARANÁ, 2008).

Vemos o corpo magro e esbelto sempre associado à forma ideal, saúde, ascensão econômica, satisfação afetiva e sucesso. A partir do citado acima, surgem os preconceitos e a discriminação das pessoas acima do peso ou obesas. Este tipo de discriminação é decorrente da sociedade atual, que

construiu um perfil estético ideal de magreza. Dessa forma as pessoas que não correspondem a este modelo são “[...] desprezadas, vistas como anomalia que devem ser tratadas” (ANDRADE; SILVA; apud OLIVEIRA, 2005, p. 20).

As pessoas obesas são discriminadas de muitas formas, são rejeitados pelo grupo social, discriminados pela moda, ridicularizados em filmes e programas de televisão. A moda, a mídia e tudo o mais é, na atualidade voltada ao corpo escultural.

O obeso sente que a sociedade, quando não o ignora, o agride. Você já imaginou o que é ir ao cinema ou viajar de avião e não encontrar uma simples cadeira adequada ao seu tamanho? Ou perceber as risadas das pessoas quando você não consegue passar pela roleta de um ônibus?

Os locais onde sofrem mais freqüentemente essas discriminações são: transportes em geral (31%), escola e trabalho (28%), em casa (26%), entre outros. No caso de obesos mórbidos o preconceito em transportes chega a 52% (O Estado do Paraná, 2008).

2.4.1. Na Educação Física

O nível de obesidade entre a população mais jovem vem aumentando gradualmente. Gortmaker e colaboradores (apud RODRIGUES, 2005) registraram que ao longo de um período de 10 a 15 anos, o índice de obesidade entre crianças de 6 a 11 anos aumentou 54%, e entre crianças de 12 a 17 anos, subiu 39%.

Desse modo é fundamental a discussão sobre obesidade e sobre os preconceitos e discriminações que vêm atrelados a ela. Muitas vezes os problemas começam nas brincadeiras que exigem agilidade, onde os ‘gordinhos’ têm naturalmente mais dificuldades. Não obstante a isso, os apelidos de mau gosto costumam ser as primeiras barreiras a serem enfrentadas.

A Educação Física, mais que as outras aulas, expõe esses indivíduos a esforços físicos, exercícios de agilidade e outras atividades que, muitas vezes, são vistas como difíceis e problemáticas, o que faz com que esses alunos

sejam excluídos ou se excluam; mas é necessário que haja um esclarecimento de que essas pessoas são igualmente capazes como as mais magras (SOUZA, 2005).

Não faltam situações de discriminação de obesos nas aulas de Educação Física, no trabalho de Souza (2005) encontramos alguns exemplos:

➤ 3º ano do ensino médio: duas alunas que apenas observavam um jogo de handebol gritavam para uma jogadora: “vai willy (referindo-se a baleia de um filme)... essa gorda tá malhada, olha a barriga dela pulando... lá vai a gorda correndo, já pensou se ela cai que estrago”.

➤ 3º ano do ensino médio: durante um jogo, um aluno grita “só podia ser cagada do gordão” referindo-se a um jogador obeso.

➤ 5º ano do ensino fundamental: durante um jogo uma aluna comenta com uma amiga sobre a outra acima do peso: “se formos depender da gorda vamos perder”.

Vemos, então, a importância da intervenção do professor para mudar esse preconceito.

2.5. Preconceito, discriminação e exclusão racial

O racismo, segundo Munanga (apud CAVALLEIRO, 2000) é uma ideologia que permite o domínio de um grupo, por imputar a este atributos negativos, existe aí uma relação de poder e esta é legitimada pela cultura dominante.

No Brasil, o preconceito racial tem seu início na época da colonização, quando os colonizadores escravizam índios e negros (CHAVES, 2003). Com o fim da escravidão os negros ficaram a mercê de uma vida miserável. Eles se encontravam sem perspectivas de emprego, educação, qualificação e por fim de inclusão social. Esses resquícios são vividos nitidamente na atualidade pelos negros que tanto sofreram no passado e que levam consigo esse marco de seus antepassados (BARROS, 2009).

Os estudos que buscaram analisar as interfaces entre educação e relações interétnicas apresentam indicativos bastante preocupantes. Podem

ser destacados os seguintes: mantendo-se constante o nível de instrução, maior número de brancos encontra-se empregado, em comparação ao número de negros; os negros possuem um percentual maior de analfabetos, quando comparados aos contingentes de pardos e brancos na mesma situação; os índices e a incidência de exclusão e de repetência são superiores entre os negros; as crianças negras que permanecem na escola têm uma trajetória irregular, marcada por maior número de interrupções em relação à criança branca; o atraso escolar é menor entre os brancos, e essa diferença vai-se tornando mais dramática à medida que aumenta a idade do aluno (VALENTE, 2005).

Além disso, o aluno negro ou o aluno pobre é absorvido pela rede escolar de maneira diferente do aluno de classe média ou não-pobre e, uma vez constituída essa clientela, os professores atuam no sentido de reforçar a crença de que os alunos pobres e negros não são educáveis; há um ritual pedagógico que exclui a história de luta dos negros, impõe um ideal de ego branco, folcloriza a cultura negra mas, no discurso, propugna a igualdade entre as crianças, independentemente de cor; os livros didáticos discriminam os negros e falta material de apoio que auxilie aos professores a enfrentar o preconceito e a discriminação intra-escolares; a escola não auxilia a formação da identidade racial e, além disso, reforça de forma negativa alguns estereótipos que prejudicam o processo socializador (VALENTE, 2005).

Outros estudos qualitativos identificam a ocorrência de discriminação e preconceito racial nas relações intracomunidade escolar, tanto entre pares (alunos e alunos), quanto na relação hierárquica entre professores e alunos, e mesmo, da direção escolar (VALVERDE; STOCCO, 2009).

Em pesquisa realizada com a educação infantil, Eliane Cavalleiro (apud VALVERDE; STOCCO, 2009) identificou as seguintes situações: a ausência da população negra em cartazes, fotos e informativos fixados no espaço escolar; a omissão de professores diante das situações de discriminação sofridas por crianças negras; a prática de adjetivação desumanizadora das crianças negras também por parte dos professores; e o estímulo e o tratamento mais afetivo legado à criança branca. Em detrimento dessas práticas, a autora destaca a observação da afetividade e do contato físico identificado entre crianças negras

e brancas, demonstrando que a discriminação não é algo intrínseco, mas construída ao longo do processo de socialização.

Isso indica a necessidade de serem encontrados mecanismos de combate ao preconceito e discriminação raciais ao nível da socialização primária e secundária, ou seja, na família e na escola (VALENTE, 2005). Para a superação do problema, destaca-se a importância de serem elaboradas novas propostas e materiais didáticos para enfrentar a questão, e a construção de uma identidade negra positiva que se construa na relação com o branco e no reconhecimento da diferença (VALENTE, 2005). E, quanto antes o racismo, a discriminação e o preconceito forem enfrentados, melhores serão os resultados educacionais (VALENTE, 2005).

2.5.1. Na Educação Física

Segundo Soares (apud OLIVEIRA, 2008), o ingresso da Educação Física em nosso país, por volta do início do século XX, esteve vinculado aos ideais eugênicos e de regeneração e embranquecimento da raça. A população negra era a base inferior de uma pirâmide racial que tinha os anglo-saxões ou arianos na extremidade superior. Porém, nos Jogos Olímpicos de Berlim, em 1936, Jesse Owens, o “antílope de ébano” como ficou conhecido por sua grande velocidade, veio a ganhar quatro medalhas de ouro no atletismo, quebrando um discurso secular de inferioridade das pessoas negras dentro do esporte e inspirando outros negros a se lançarem no mundo do esporte.

A partir daí, o negro passa de uma concepção de inferior, para a rotulação a certos esportes, como o atletismo e futebol. Mas, recentemente presencia-se a ruptura destes discursos preestabelecidos e temos exemplos de atletas negros em todos os esportes, até mesmo os considerados esportes de brancos e ricos, como golfe, tênis, hipismo, e Formula 1 (OLIVEIRA, 2008). No entanto, na escola ainda encontramos muitos preconceitos e discriminação, Souza (2005) nos oferece alguns exemplos:

➤ 3º ano do ensino médio: durante um jogo de handebol ocorre um esbarrão entre um aluno negro e outro branco, o aluno branco grita: “ei negão, abre o olho que eu vou pegar você”.

➤ 4ª série do ensino fundamental: em uma atividade em duplas, ninguém queria fazer dupla com um aluno mulato da sala. E alguns alunos ficavam zombando-o: “ ‘fulano’ não tem par... na, na, na... ninguém quer ser amigo dele”.

➤ 4ª série do ensino fundamental: em uma brincadeira de roda, onde todos os alunos deveriam ficar de mãos dadas, uma menina branca pede para a amiga trocar de lugar com ela, pois ela não queria ficar do lado de uma aluna negra, para não das as mãos.

➤ 3º ano do ensino médio: alunos não negros que queriam jogar bola chamam um aluno negro: “ei marronzinho, vem jogar futebol com a gente, pra ficar 2 contra 2”.

Ainda no âmbito da escola, Oliveira (2005) em entrevista com professores, obteve que alunos negros muitas vezes são os primeiros a serem escolhidos para os jogos, pois os alunos acham que eles são mais habilidosos, porém se eles frustrarem essa expectativa são muito ofendidos com frases do tipo “tinha que ser neguinho”. As situações descritas acima mostram certas condutas que, muitas vezes, são vistas como banais, brincadeiras, mas, na verdade, revelam o preconceito embutido em cada um.

2.6. Preconceito, discriminação e exclusão dos menos habilidosos na Educação Física

Talvez este tipo de discriminação seja o único que adentre menos as outras aulas, pois este é mais característico da Educação Física. Nas aulas de Educação Física, a externalização do desempenho permite aos alunos a imediata comparação entre eles.

Os alunos de idade mais avançada utilizam critérios normativos (comparação e avaliação dos colegas) para formular suas apreciações de competência, isto é, como eles próprios julgam suas habilidades e

competências, se são capazes ou não de realizar a tarefa. Esse julgamento ou percepção de si mesmo acaba recebendo o nome da habilidade percebida, competência percebida, percepção de habilidade ou auto-percepção de competência ou habilidade.

Em geral, as crenças positivas sobre a própria competência, estão associadas ao melhor aproveitamento das atividades, à manutenção do interesse e envolvimento na tarefa, à propensão para persistir na prática visando o seu efetivo domínio. Desta forma, indiretamente, a habilidade percebida do aluno acaba influenciando o modo como ele reage ao ensino. Existem evidências da relação existente entre a habilidade percebida e a motivação demonstrada pelo aluno, persistência e rendimento acadêmico (XIANG; LEE apud HENRIQUE; JANUÁRIO, 2005).

Assim, a percepção de competência que cada aluno tem sobre seu desempenho e nível de habilidade nas aulas de Educação Física, influenciará muito suas atitudes em relação à aula, ao professor e à atividade física em geral.

Henrique e Januário (2005), concluíram que os alunos com percepção de baixa habilidade se caracterizaram como indivíduos menos ativos em termos da prática habitual de atividade física, haja vista não relataram a prática de atividade física extracurricular; em geral, foram considerados menos habilidosos pelos professores; denotaram significativamente uma atitude negativa face à Educação Física e, embora de forma não significativa, uma tendência a atitudes menos favoráveis em relação ao conteúdo; perceberam de modo tendente a negativo o alcance dos objetivos propostos pelo professor; informaram um baixo nível de empenhamento motor e, circunstancialmente, de empenhamento cognitivo; tenderam a perceber de forma restritiva as experiências bem sucedidas nas atividades; perceberam 'baixa' a expectativa do professor, relativamente ao próprio nível de habilidade; perceberam de modo tendente a negativo as expectativas dos professores relativamente ao envolvimento bem sucedido nas atividades; perceberam a indiferença do professor ou maior frequência de críticas ao desempenho nas aulas; tenderam a perceber que raramente recebiam apoio pedagógico do professor através de *feedback* acadêmico.

Por outro lado, foi característico dos alunos de alta percepção de habilidade, se mostrarem mais ativos em termos da prática habitual de atividade física, haja vista relatarem a prática de atividade física extracurricular com elevada frequência; em geral, foram considerados mais habilidosos pelos professores; denotarem atitude positiva face ao conteúdo da disciplina e a tendência às atitudes favoráveis em relação ao professor e à disciplina; perceberem experimentar 'muitas vezes' o sucesso nas atividades; perceberem possuir elevada aptidão para as práticas promovidas na Educação Física; perceberem 'quase sempre' compreender os objetivos propostos pelo professor; informarem elevado nível de empenhamento motor e cognitivo; perceberem elevadas as expectativas do professor, relativamente ao próprio nível de habilidade; perceberem elevadas as expectativas do professor, relativamente à aptidão para a disciplina; perceberem elevadas as expectativas do professor, relativamente ao envolvimento com sucesso nas atividades da disciplina; perceberem o desempenho mais elogiado que criticado pelo professor.

Isso tudo reforça a necessidade de os professores refletirem sobre as características peculiares aos alunos de distintos grupos de habilidade e, principalmente, intervirem de modo a elevar o sentimento de capacidade dos alunos menos habilidosos. A premissa de não diferenciar o ensino, expressa por alguns professores com a justificação de não constranger a auto-imagem dos alunos a quem dirige a diferenciação, em geral, alunos de capacidade percebida mais baixa, não possibilita a esses alunos a vivência de situações de sucesso.

Embora os alunos estabeleçam uma relação entre o ambiente de ensino diferenciado e a própria competência, as condições de aprendizagem adequadas à sua capacidade parecem surtir melhores efeitos sobre a auto-estima, que a participação em atividades generalizantes e massivas nem sempre adequadas ao nível de realização individual (HENRIQUE; JANUÁRIO, 2005).

As evidências apontam para o fato da habilidade real e percebida determinarem em larga medida o nível de aceitação (ou percepção de aceitação) nos grupos sociais. Assim sendo, alunos habilidosos ou que alimentam crenças positivas sobre a própria competência tendem a ser mais

populares e bem-sucedidos nas atividades, enquanto os menos habilidosos ou com baixa habilidade percebida, provavelmente podem vir a ser ridicularizados, excluídos e faltar-lhes oportunidade de socialização (WEISS apud HENRIQUE; JANUÁRIO, 2005).

A discriminação dos menos habilidosos é muito forte e frequente nas aulas de Educação Física; abranger apenas os esportes, enfatizando muito a competição durante os jogos, e assim, priorizando o desempenho, acaba excluindo os menos habilidosos. Nessas condições os menos aptos não jogam ou são os últimos a serem escolhidos, e quando são escolhidos, participam menos ativamente, são coadjuvantes na equipe, por exemplo, recebem menos a bola; outra possibilidade é de serem responsabilizados quando sua equipe perde e desmerecidos quando a equipe vence, o mérito é sempre dos outros.

Souza (2005) encontrou a falta de habilidade como sendo a segunda causa de exclusão nas aulas de Educação Física, ficando atrás apenas da auto-exclusão, que muitas vezes também pode estar relacionada com a baixa percepção de habilidade. Exemplos de algumas frases encontradas por Souza (2005):

➤ 3º ano do ensino médio: “pega a grandona, ela é descordenada!”; “poxa, ele é muito ruim, nem consegue colocar o pé na bola”; “ele jogando sozinho consegue perder dele mesmo”; “nossa, ele não é ruim, é péssimo”; “não sabe jogar se retira da mesa” (durante um jogo de tênis de mesa).

➤ 8ª série do ensino fundamental: “nossa, você é ruim demais... corre atrás da bola seu lerdo... vai sua besta humana”; “vai ser ruim assim lá na China”; “vai ‘fulano’ seu vesgo, olha pra onde você ta jogando”; “vai sua lesma, lerda”; “nem precisa sacar, você vai errar mesmo”.

➤ 4ª série do ensino fundamental: “ei ‘fulano’ você é muito lerda... presta atenção sua besta”; “professor, ‘fulana’ é muito lerda, não quero ela no meu time”.

Descrição de algumas situações presenciadas por Souza (2005):

➤ 4ª série do ensino fundamental: Alguns alunos conversavam sobre o jogo do dia anterior e todos falavam que o menino X não iria participar do próximo por ser muito ruim e não conseguir jogar direito.

➤ 4ª série do ensino fundamental: Várias meninas brincavam de roda cantada, utilizando movimentos que exigiam coordenação, então duas meninas

foram excluídas por não conseguirem acompanhar os movimentos rapidamente como as outras.

➤ 8ª série do ensino fundamental: Durante um jogo de voleibol, um aluno foi sacar, e vários outros, tanto da sua equipe como os adversários, falavam que ele iria errar. O aluno errou e um companheiro de equipe o xingou de burro. Quando a partida terminou o aluno que havia errado o saque não quis participar dos outros jogos.

Darido e Rangel (2005) afirmam que alunos com dificuldades em executar determinadas habilidades motoras acabam excluídos ou excluem-se quando a aula enfatiza apenas a dimensão procedimental do conteúdo, mas se os mesmos alunos receberem mais atenção e os conteúdos forem abordados nas outras dimensões (conceitual e atitudinal) a falta de habilidade não desencoraja ou exclui nenhum aluno. Escolher atividades diversificadas, como lutas, ginásticas, danças, jogos cooperativos, atividades rítmicas e expressivas, outros esportes além de futebol, vôlei e basquete, também é um meio de trabalhar com os vários tipos de habilidades motoras e capacidades físicas, dando oportunidade para que diferentes alunos se destaquem em cada atividade.

Resultados encontrados por Darido e colaboradores (1999) indicam que a maioria dos alunos entrevistados (78%) acredita que a Educação Física na escola não cumpre o seu papel porque transmite pouco ou nenhum conhecimento, o que estimula os pedidos de dispensa. Além disso, 42% dos alunos afirmaram que se afastavam das aulas porque elas eram sempre iguais, sem continuidade, e 50% dos alunos reclamaram que seus professores privilegiavam os alunos mais habilidosos.

3. OBJETIVO

Tendo em vista a necessidade de se realizarem mais investigações com essa temática, o objetivo do presente estudo foi verificar como se dá a relação entre as aulas de Educação Física e as questões do preconceito, discriminação e exclusão dos alunos menos habilitados.

4. METODOLOGIA

Este estudo utilizou metodologia qualitativa (ANDRÉ, 1995) através da observação de aulas de Educação Física. Após a autorização da direção da escola, foi encaminhada uma carta de consentimento para os responsáveis dos alunos de todas as salas que seriam observadas.

Foram observadas quatro turmas de 5ª série (6º ano) e quatro turmas de 6ª série (7º ano) do Ensino Fundamental, de uma escola da rede pública estadual da cidade de Rio Claro – SP. As turmas observadas foram escolhidas aleatoriamente.

As observações foram feitas durante três semanas consecutivas, com o objetivo de analisar a ocorrência de comportamentos de preconceito, discriminação e exclusão dos menos habilitados. Para complementar a pesquisa, também utilizou-se uma metodologia quantitativa, por meio de um questionário de perguntas fechadas. Tal questionário teve em sua estrutura, cinco questões que correspondem aos objetivos da pesquisa (THIOLLENT, 1987).

5. RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1. Observações e resultado dos questionários respondidos pelos alunos

O questionário foi entregue a todos os alunos observados, destes, 250 devolveram o questionário respondido. Esse número de respondentes deve-se ao livre arbítrio que os alunos tiveram de responder ou não as questões.

Dos 250 alunos que devolveram o questionário, 129 eram meninas e 121 eram meninos. A idade média dos meninos foi de 11 anos e 6 meses, e a idade média das meninas foi de 11 anos e 5 meses.

Na questão 1, a pergunta foi se o aluno já havia sido excluído de alguma atividade da aula de Educação Física por ter menos habilidade.

74,80% responderam que não e apenas 25,20% responderam sim. Dos alunos que responderam sim, 42,86% eram meninas e 57,14% meninos.

E dos alunos que responderam não, 54,55% eram meninas e 44,45% meninos.

Tabela 1. Resultados da questão 1

	TOTAL (%)	MENINAS (%)	MENINOS (%)
SIM	25,20	42,86	57,14
NÃO	74,80	54,55	44,45

Durante o período de observação, ocorreram apenas duas cenas de exclusão por falta de habilidade durante as aulas acompanhadas. Os meninos da 6ª série queriam jogar futsal, rapidamente dividiram-se em 2 times e sobraram mais 2 garotos de 'próximo', isto é, quando a partida acabasse eles tirariam 2 garotos do time perdedor. No entanto, 3 garotas também queriam jogar. Quando o primeiro jogo acabou a professora teve que intervir, com muita dificuldade, para que as meninas pudessem jogar. Os dois meninos que eram

'próximos' não queriam fazer um time com as 3 meninas, pois perderiam muito rápido "porque elas não sabem jogar", explicavam. Então a professora colocou 2 meninas com os 2 garotos que entrariam e a outra menina no time que havia ganho. Mas as reclamações continuaram durante a partida. Além da exclusão por habilidade também podemos associar a cena à exclusão baseada no gênero.

Em outra ocasião, numa 6ª série, no final da aula, as meninas jogavam voleibol, eram poucas, 4 para cada lado da rede. Não saía jogo, ninguém conseguia recepcionar e passar a bola. Até que uma delas se irritou com uma jogadora do mesmo time: "pelo amor de Deus, vai pro outro time, você é ruim demais, não dá pra jogar com você". Nessa ocasião a professora estava afastada e não percebeu o ocorrido.

Na maioria das aulas os alunos menos habilidosos participavam juntamente com os outros, às vezes eram menos ativos, como na queimada, por exemplo, não pegavam muito a bola, ficavam mais fugindo, mas mesmo assim gostavam do jogo.

A professora da classe sempre iniciava a aula informando as atividades que seriam desenvolvidas e que somente após essas atividades os alunos poderiam escolher participar ou não das atividades livres. Alguns alunos, depois das atividades passadas pela professora, ficavam sentados, não participando da parte livre da aula, onde geralmente os alunos escolhiam jogar futsal, queimada ou voleibol. Quando questionados informalmente pela pesquisadora sobre a não participação, as respostas não tinham nenhuma relação com a falta de habilidade.

No trabalho de Souza (2005), os resultados foram diferentes. As exclusões por falta de habilidade ficaram atrás apenas das auto-exclusões. Ser menos habilidoso foi o segundo motivo apontado ao ser excluído. No entanto, o número de ocorrências foi mais significativo entre os alunos do 3º ano do ensino médio, portanto, aproximadamente 5 anos mais velhos que os alunos observados. Talvez, as exclusões por falta de habilidade sejam mais presentes entre os alunos mais velhos, o que explicaria a baixa ocorrência encontrada entre os alunos observados.

A questão 2 só foi respondida pelos alunos que responderam sim à questão número 1. A pergunta avaliava se quando excluído por ter menos habilidade o aluno se auto-excluiu ou foi excluído.

A auto-exclusão correspondeu a 34,92% e 65,08% foram excluídos pelos outros. Dos que auto excluíram-se, 54,55% eram meninas e 44,45% meninos. E dos que foram excluídos, 36,59% eram meninas e 63,41% meninos.

Tabela 2. Resultados a questão 2

	TOTAL (%)	MENINAS (%)	MENINOS (%)
AUTO-EXCLUSÃO	34,92	54,55	44,45
FOI EXCLUÍDO	65,08	36,59	63,41

As respostas mostram que, apesar de poucos alunos terem respondido que já foram excluídos por ter menos habilidade, quando isso ocorre, na maioria das vezes, o aluno é excluído das atividades pelos outros colegas, estes, julgam que, aquele que foi excluído, é menos habilidoso e por isso não poderia participar. O preconceito está entre os pares. Isso ocorre principalmente entre os meninos, talvez por serem mais competitivos.

A discriminação dos menos habilidosos é muito forte e frequente nas aulas de Educação Física; abranger apenas os esportes, enfatizando a competição durante os jogos, e assim, priorizando o desempenho, corrobora para o aparecimento de exclusões e discriminações por falta de habilidade. Nessas condições os menos aptos não jogam ou são os últimos a serem escolhidos. Darido e Rangel (2005) afirmam que alunos com dificuldades em executar determinadas habilidades motoras acabam excluídos ou excluem-se quando a aula enfatiza apenas a dimensão procedimental do conteúdo, mas se os mesmos alunos receberem mais atenção e os conteúdos forem abordados nas outras dimensões (conceitual e atitudinal) a falta de habilidade não desencoraja ou exclui nenhum aluno. Escolher atividades diversificadas, como lutas, ginásticas, danças, jogos cooperativos, atividades rítmicas e expressivas, outros esportes além de futebol, vôlei e basquete, também é um meio de trabalhar com os vários tipos de habilidades motoras e capacidades físicas,

dando oportunidade para que diferentes alunos se destaquem em cada atividade.

A discriminação dos menos habilidosos é muito forte e frequente nas aulas de Educação Física; abranger apenas os esportes, enfatizando a competição durante os jogos, e assim, priorizando o desempenho, corrobora para o aparecimento de exclusões e discriminações por falta de habilidade. Nessas condições os menos aptos não jogam ou são os últimos a serem escolhidos. Darido e Rangel (2005) afirmam que alunos com dificuldades em executar determinadas habilidades motoras acabam excluídos ou excluem-se quando a aula enfatiza apenas a dimensão procedimental do conteúdo, mas se os mesmos alunos receberem mais atenção e os conteúdos forem abordados nas outras dimensões (conceitual e atitudinal) a falta de habilidade não desencoraja ou exclui nenhum aluno. Escolher atividades diversificadas, como lutas, ginásticas, danças, jogos cooperativos, atividades rítmicas e expressivas, outros esportes além de futebol, vôlei e basquete, também é um meio de trabalhar com os vários tipos de habilidades motoras e capacidades físicas, dando oportunidade para que diferentes alunos se destaquem em cada atividade.

A exclusão de uma atividade pode gerar sentimentos de humilhação, ridicularização e/ou vergonha em quem é excluído (ou discriminado). Esses sentimentos podem interferir, e até comprometer, a aprendizagem, o desempenho e o relacionamento social do indivíduo, causando afastamento, tristeza e outros sentimentos 'negativos' (MORENO et al, 2006).

A auto-exclusão pode estar associada à baixa habilidade percebida. Os alunos que sentem-se menos competentes para realizar determinada tarefa tendem a ser menos motivados e empenhados para tarefa (HENRIQUE; JANUÁRIO, 2005), o que justificaria, em parte, a auto-exclusão. A questão da vergonha, o medo de uma situação embaraçosa, também pode colaborar para a auto-exclusão, antes de ser excluído pelos outros o próprio aluno se exclui da atividade.

A pergunta 3 era relacionada ao desrespeito sofrido em consequência de se ter menos habilidade, por exemplo xingos, apelidos e gestos. 72,80% dos alunos disseram que não haviam sofrido nenhum tipo de desrespeito e 27,20% já haviam sido desrespeitados alguma vez.

Dentre os alunos que sofreram desrespeito, 42,65% eram meninas e 57,35% meninos. As meninas que nunca sofreram desrespeito somaram 54,95% e os meninos 45,05%.

Tabela 3. Resultados da questão 3

	TOTAL (%)	MENINAS (%)	MENINOS (%)
SIM	27,20	42,65	57,35
NÃO	72,80	54,95	45,05

O resultado obtido na questão 3 está de acordo com a questão 1. Mostrando que, assim como poucos alunos foram excluídos, poucos também sentiram-se discriminados por causa da habilidade.

A questão 4 perguntava se o aluno já havia visto algum colega ser excluído de alguma atividade da aula de Educação Física, por ter menos habilidade.

Responderam sim 64,40% e não 35,60%. Dos alunos que responderam sim, 52,17% foram meninas e 47,83% meninos. E entre os alunos que responderam negativamente a pergunta, 50,56% eram meninas e 49,44% meninos.

Tabela 4. Resultados da questão 4

	TOTAL (%)	MENINAS (%)	MENINOS (%)
SIM	64,40	52,17	47,83
NÃO	35,60	50,56	49,44

Quando perguntados sobre eles mesmos, a maioria respondeu não ter sido excluído por ser menos habilidoso, no entanto, em relação ao colega, o resultado se inverte. Mais de 60% já viu alguém ser excluído por ser menos habilidoso. Isso pode ser um indicativo de que, embora não ocorra com muitos alunos, quando um aluno é excluído, seus colegas percebem o que ocorreu. Não nos aprofundamos para saber como os alunos reagem ao ver um colega ser excluído, mas esta seria uma questão interessante para próximos estudos.

A última questão foi sobre já ter visto algum colega ser desrespeitado na aula de Educação Física por ter menos habilidade.

70,00% responderam já ter visto e 30,00% responderam não. Das respostas positivas, 49,14% foram femininas e 50,86% masculinas. Das respostas negativas, 57,33% eram meninas e 42,67% meninos.

Tabela 5. Resultados da questão 5

	TOTAL (%)	MENINAS (%)	MENINOS (%)
SIM	70,00	49,14	50,86
NÃO	30,00	57,33	42,67

Nessa questão, a maioria dos alunos afirma já ter visto algum colega ser desrespeitado, isto é, discriminado, por ser menos habilidoso. Outra vez pode-se entender que, quando um aluno é discriminado, os que estão próximos percebem. A pesquisadora presenciou algumas situações:

Na 5ª série do ensino fundamental, durante um jogo de queimada, uma aluna do cemitério lança a bola muito fraca, e um aluno grita: "é uma foca mesmo" e completa com gestos e ruídos imitando uma foca.

Em outra ocasião, também em uma 5ª série, numa brincadeira de estafeta, onde os alunos tinham que correr, alguns meninos comentam sobre uma menina: "olha como ela corre, nem correr ela sabe". Podemos concluir que, embora não ocorram muitos episódios de exclusão por habilidade, a discriminação acontece. Xingar, imitar, gesticular entre outros ocorrem freqüentemente.

Nas duas situações citadas a professora estava próxima, porém não agiu em relação ao acontecido. Por ocorrerem freqüentemente, as ofensas verbais ou gestuais se tornam banais, comuns, não se dá importância para esse tipo de discriminação, no entanto, esses pequenos atos são a externalização do preconceito e devem ser combatidos. Interferir no momento da situação pode ser uma alternativa para mudar as condutas preconceituosas; a partir da situação ocorrida, o professor pode encaminhar os alunos a refletirem sobre o assunto.

5.2. Entrevista com a professora

A entrevista com a professora não foi uma entrevista formal, ocorreu durante todo o período, como uma conversa. A professora relata que o preconceito e a discriminação dos menos habilidosos é bem recorrente, ela relata:

- Quase sempre acontece, os bons de bola rejeitam os que têm menos habilidade.

Quando perguntada sobre como ela intervém, ela responde que tenta conversar, chama a atenção dos alunos que estão sendo preconceituosos, mas acha que isso não resolve muito, pois sempre volta a ocorrer. Em relação ao aluno que não quer participar, ela diz que o incentiva a entrar no jogo, mas que é difícil convencer, eles têm vergonha, medo de errar e os outros 'tirarem sarro', eles fazem apenas a parte principal da aula, e não participam das atividades livres do final.

Sobre a formação que recebeu, ela diz que não se lembra de ter discutido essas questões de preconceito na faculdade, e que isso é recente, que essas discussões sobre exclusão e inclusão começaram agora. A professora também analisa a exclusão sobre um aspecto mais sutil. Ela diz que a escolha dos alunos entre queimada, futsal ou voleibol, ao final das aulas, é baseada no nível das habilidades. Os garotos que não são habilidosos no futsal, optam pela queimada, pois sabem que os outros alunos não os deixariam jogarem juntos. Eles se auto-excluem do futsal e então escolhem a queimada.

Segundo a professora, há também o preconceito que relaciona a falta de habilidade ao gênero feminino. Ela conta que é muito difícil promover jogos mistos, os garotos não aceitam jogar com as meninas, eles dizem que elas são muito ruins, que não sabem fazer nada na aula de Educação Física.

A professora acredita que a maioria de seus alunos compreende que não é certo excluir ninguém, mas que os alunos mais competitivos e/ou os momentos mais competitivos geram esse tipo de exclusão (dos menos habilidosos).

6. CONCLUSÃO

Nas observações feitas foram registradas somente duas situações de exclusão por se ter menos habilidade. Já as ocorrências de discriminação, onde os alunos xingavam os colegas menos habilidosos, foram um pouco mais freqüentes. E segundo os resultados do questionário aplicado, a maioria dos alunos diz não ser excluído nem discriminado por aspectos relacionados à habilidade, porém, a maioria já presenciou um colega ser excluído ou discriminado por ser menos habilidoso.

A habilidade parece ser uma questão de “ponto de vista” daquele que se sente “não preparado” para realizar determinada tarefa e daquele que julga o outro como “não preparado”; podemos refletir sobre uma questão muito importante nesse aspecto: a preparação e a disposição do professor em rever a metodologia aplicada, oferecendo meios para que todos os alunos participem, independentemente do grau de habilidade de cada um, e como lidar com os alunos frente a essas situações. Isso posto, fica para temas futuros, um repensar sobre projetos de inclusão direcionados para formação do professor nesse contexto.

A Educação Física é importante para todos, de modo geral, independente do gênero, condição social, raça ou habilidade. Entretanto, no contexto da prática, as aulas de Educação Física são aquelas em que os alunos ficam mais expostos e submetidos a julgamentos expressos por aqueles que os observam. Dessa forma, o conjunto das atividades, das tarefas, da exposição do corpo, facilita a o preconceito e a discriminação, talvez de forma velada ou mesmo inconsciente. Daí, mais uma vez, a necessidade de um professor capaz de perceber tal julgamento e habilidade para intervir.

Não se pode negar o que é evidente, que há diferenças nos níveis de habilidade de cada aluno, e em muitos outros aspectos também, no entanto, estas diferenças não podem ser motivo para ‘destruir’ ou desvalorizar o outro (ITANI, 1998). Sabemos que os preconceitos existem, e que é a partir deste que ocorrem as discriminações e exclusões. Para transformar esses

preconceitos e dar oportunidades iguais de participação para todos os alunos, devemos enfrentar as situações que ocorrem nas aulas, trabalhar com os alunos menos habilitados para que desenvolvam as habilidades, incluir diferentes conteúdos, trabalhar as dimensões atitudinais e conceituais, mostrar que as diferenças não impedem que esses alunos interajam. Mas, para isso, é preciso que o professor intervenha nas situações de preconceitos, discriminações e exclusões, mostrando a possibilidade de todos trabalharem juntos. O professor é um mediador no processo de formação desses alunos, nós temos a oportunidade de transformar esses preconceitos, o homem se constitui na sua interação com o meio físico e social, suas características individuais (modo de agir, de pensar, de sentir, valores, conhecimentos, visão de mundo, etc.) transformam e são transformadas a partir dessas relações. É nesse sentido que o professor poderá ser um mediador exclusivo, mostrando que existem diferenças, mas que elas não podem ser motivos de exclusão ou discriminação e orientando sobre a didática mais adequada a ser utilizada na condução do processo *inclusão*. Talvez nessa direção, a avaliação periódica de todo processo, com reflexões pedagógicas dentro e fora da escola, das quadras, pistas de atletismo, piscina, campos de futebol, espaços comunitários, proporcionará uma cultura da inclusão, não necessariamente impositiva, mas coerente com o desejo de transformar essa realidade com satisfação e prazer.

Vemos nesse estudo, ainda que de forma subjetiva, que as múltiplas maneiras de discriminar ou excluir, estão pulverizadas na questão das aptidões referentes aos alunos. As aulas de Educação Física, nas suas diferentes *práticas* são regidas também pelo temperamento da criança e sua experiência anterior no início da sua educação na família. Nem sempre pais zelosos ou participativos conseguem perceber a aptidão esportiva dos filhos, apenas consideram importante a prática, o que induz, talvez, a criança a não optar pela sua livre escolha a atividade que mais lhe agrada. Daí a importância do professor de Educação Física, aquele que consegue fazer uma leitura mais cuidadosa dos alunos, em oferecer conteúdos diversificados para oportunizar experiências prazerosas e de sucesso para todos os alunos.

Finalmente, não temos dúvidas de que os programas de inclusão, de uma maneira geral, vêm se multiplicando, inclusive no aspecto da acessibilidade, e estamos vivendo publicamente essas intervenções no

contexto sócio político. Ainda que timidamente, temos avançado, rompendo paradigmas para reflexão sobre a inclusão responsável. O professor de Educação Física não deve e não pode deixar essas questões sublimadas ou dispersas em suas aulas. É uma questão de atitude.

7. REFERÊNCIAS

AMARAL, L. A. **Pensar a diferença/deficiência**. Brasília, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

ANDRADE, C. Y. de; DACHS, J. N. W. Acesso à educação por faixas etárias e segundo renda e raça/cor. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 131, p. 399-422, maio/ago. 2007.

ANDRÉ, M. E. D. A. **Etnografia da prática escolar**. Campinas: Papirus, 1995.

BARROS, Lorena Pinheiro. **Discriminação racial: obstáculos e conquistas**. Disponível em <http://www.lfg.com.br>. Acesso em: 02 mar. 2010.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº. 9.394/96, Brasília, 1996.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais. Educação Física**. Brasília, MEC/SEF, 1998.

BETTI, M. **Educação física e sociedade**. São Paulo: Movimento, 1991.

BIANCHETTI, L. Aspectos históricos da educação especial. In: **Revista Brasileira de Educação Especial**, v.2, n.3, p. 7-19, 1995.

BOZI et al. Educação Física escolar: principais formas de preconceito. **Lecturas: EF y deportes - Revista Digital**, Buenos Aires, Ano 12, nº117, fev. 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/efd117/educacao-fisica-escolar-principais-formas-de-preconceito.htm> Acesso em: 10 fev. 2010.

CARDOSO, C. S. Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão a inclusão uma longa caminhada. **Educação**, n. 49, p. 137-144, 2003.

CASTELANI FILHO, L. **Educação Física no Brasil: a história que não se conta**. São Paulo: Papirus, 1988.

CAVALLEIRO, E. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil**. São Paulo: Contexto, 2000.

CHAVES, E. S. O racismo contra o negro e a aprendizagem. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**. São Paulo, v. 13 n.2, jul/dez. 2003.

CONNEL, R. C. Pobreza e educação. In: GENTILI, P. (org.) **Pedagogia da exclusão**: críticas ao neoliberalismo em educação. Petrópolis: Vozes, 1995.

DARIDO et al. Educação física no ensino médio: reflexões e ações. **Motriz**, Rio Claro, v. 5, n.2, p. 138-145, 1999.

DARIDO, S.C. Ensinar/aprender educação física na escola: influências, tendências e possibilidades. In: DARIDO, S.C.; MAITINO, E. M. (Org.). **Pedagogia cidadã**: Cadernos de formação: Educação Física. São Paulo: UNESP, 2004.

DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. (Coord.) **Educação física na escola**: implicações para a prática pedagógica. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2005.

DUBET, F. A escola e a exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, n. 119, p. 29-45, julho. 2003.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2ª ed, 1986.

GAIO, R. **Para além do corpo deficiente**: histórias de vida. Jundiaí: Fontoura, 2006.

HENRIQUE, J.; JANUÁRIO, C. Educação física escolar: a perspectiva de alunos com diferentes percepções de habilidade. **Motriz**, Rio Claro, v.11 n.1 p.37-48, jan/abr. 2005.

ITANI, A. Vivendo o preconceito em sala de aula. In: AQUINO, J. G. (org.) **Diferenças e preconceito na escola**: alternativas teóricas e práticas. São Paulo: Summus, 1998.

KLINEBERG, O. **Psicologia Social**. Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura S.A., 1972.

MEYER, D. Gênero e Educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; NECKEL, J. F. GOELLNER, S. V. (Org.) **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na Educação. Petrópolis: Vozes, p. 9-27, 2003

MORENO, B. S.; POLATO, A. L.; MACHADO, A. A. O aluno e seu corpo nas aulas de educação física: apontamentos para uma reflexão sobre a vergonha e a mídia. **Movimento & Percepção**. Espírito Santo de Pinhal, SP, v.6, n.8, p. 85-104, jan/jun. 2006.

NUNAN, Adriana. **Homossexualidade**: do preconceito aos padrões de consumo. Rio de Janeiro: Caravansaraí, 2003.

OBESOS sofrem com o preconceito. **O Estado do Paraná**, Paraná, 19 jul. 2008. Disponível em: <http://www.parana-online.com.br/canal/vida-e-saude/news/282989/?noticia=OBESOS+SOFREM+COM+O+PRECONCEITO>. Acesso em: 06 abr. 2010.

OLIVEIRA, A. F. **Preconceito, discriminação e exclusão nas aulas de educação física: a visão dos professores**. 2005. 48f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

OLIVEIRA F. F de; VOTRE, S. J. Bullying nas aulas de educação física. **Movimento**, Porto Alegre, v.12, n. 02, p. 173-197, mai/ago. 2006.

OLIVEIRA, A. de. A participação do atleta negro no esporte: das pistas de atletismo às pistas de Fórmula 1. **Lecturas: EF y deportes - Revista Digital** - Buenos Aires - Ano 13 - nº126 – nov. 2008. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/> Acesso em : 24 mar. 2010.

RANGEL, I. C. A. et al. Educação Física Escolar e multiculturalismo: possibilidades pedagógicas. **Motriz**, Rio Claro, v.14, n.2, p.156-167, abr/jun. 2008.

RODRIGUES, A; ASSMAR, E. M. L; JABLONSKI, B. **Psicologia social**. Petrópolis: Vozes, 2005.

RODRIGUES, L. C. da M. **Obesidade e aptidão física em escolares da cidade de Rio Claro**. 2005. 43f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

SANTOS, J. B. dos. A “dialética da exclusão/inclusão” na história da educação de ‘alunos com deficiência’. **Revista da FAEEBA** – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v.11, n.17, p. 27-44, jan/jun. 2002.

SANTOS, N. et al. Gêneros e Educação Física escolar: notas gerais sobre a formação cultural no decorrer da história. **Lecturas: EF y deportes - Revista Digital**, Buenos Aires, Ano 12, nº 112 , Set. 2007. Disponível em: <http://www.efdeportes.com/> Acesso em: 15 fev. 2010.

SOUSA, E. S de.; ALTMANN, H. Meninos e meninas: expectativas corporais e implicações na educação física escolar. **Cadernos Cedes**, Campinas, ano XIX, n. 48, p. 52-64, ago.1999.

SOUZA, C. P. **Preconceito, discriminação e exclusão nas aulas de educação física na visão dos alunos**. 2005. 84f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Educação Física) – Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2005.

THIOLLENT, M. J. M. **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1987.

VALENTE, A. L. Ação afirmativa, relações raciais e educação básica. **Revista Brasileira de Educação**, nº 28, p. 62-76, jan /fev /mar /abr. 2005.

VALVERDE, D. O.; STOCCO, L. Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 909-920, set/dez. 2009.

ZOBOLI, F.; BARRETO, S. J. A Corporeidade como fator de inclusão de alunos com necessidades especiais nas aulas de Educação física. In: RODRIGUES, D. **Atividade motora adaptada: a alegria do corpo**. São Paulo: Artes Médicas, 2006.

8. ANEXOS

8.1. ANEXO A - QUESTIONÁRIO

Nome (opcional):

Idade: série: sexo: ()feminino ()masculino

1. Você já foi excluído (deixou de participar) de alguma atividade da aula de Educação Física, por ter menos habilidade (não saber jogar e/ou brincar)?

() sim () não

2. Em caso positivo, você **não quis** participar ou **não deixaram** você participar?

() você não quis participar () não deixaram você participar

3. Você já foi desrespeitado (xingos, apelidos, gestos) por ter menos habilidade?

() sim () não

4. Você já viu algum colega ser excluído (deixar de participar) de alguma atividade da aula de Educação Física, por ter menos habilidade (não saber jogar e/ou brincar)?

() sim () não

5. Você já viu algum colega ser desrespeitado (xingos, apelidos, gestos) por ter menos habilidade?

() sim () não

Mariana Piccoli Cavamura

Wilson do Carmo Júnior